

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006192-92.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Coisas**
 Requerente: **RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA**
 Requerido: **Waldecir Celso Marchi**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS.

Trata-se de **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE** ajuizada por **RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA** em face de **WALDECIR CELSO MARCHI**, todos devidamente qualificados.

Alegou o autor, em síntese, que por força de contrato de comodato carreado a fls. 37; ocorre que mesmo depois de notificada à devolver o bem a requerida permaneceu inerte. Pediu a reintegração na posse do bem. Com a inicial vieram documentos.

Concedida a liminar, o bem foi entregue à autora (fls. 83) e o requerido, regularmente citado, deixou de apresentar defesa (fls. 85), ficando reconhecido em estado de contumácia.

É O RELATÓRIO.**D E C I D O.**

A avença foi materializada no instrumento que

1006192-92.2014.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

segue a fls. 37.

O requerido, por outro lado, foi constituído em mora (cf. fls. 39).

Citado nos termos do pedido inicial preferiu silenciar; com isso ocasionou a presunção de veracidade de toda a matéria fática ali descrita.

O pedido de rescisão contratual com consequente reintegração deve, assim, ser acolhido.

* * *

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido para o fim de **TRANSFORMAR EM DEFINITIVA** a liminar concedida e **DECLARAR** consolidada a propriedade do bem em mãos da autora, assim como sua posse plena e exclusiva e para rescindir de comodato firmado entre as partes.

Arcará o requerido com as custas do processo e honorários advocatícios de R\$ 788,00.

P. R. I.

São Carlos, 04 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**